



# POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL LEI 5.470/2011 Itajaí / SC





## **APRESENTAÇÃO**

A possibilidade, concreta para alguns e utópica para outros, de conciliação ou equilíbrio entre o desenvolvimento social e a conservação do patrimônio natural do planeta, tem permeado discussões entre diversos segmentos da sociedade contemporânea. A Educação Ambiental é um importante instrumento que pode contribuir com a reflexão e ação para as mudanças de valores e atitudes necessárias à melhoria da relação das sociedades humanas com o ambiente natural, visando tornar possível a adoção de um processo de desenvolvimento que seja economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Em sintonia com a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99 e a Política Estadual de Educação Ambiental, Lei nº 13.558/05, o município de Itajaí promulgou, em 16/03/10 a Lei nº 5.470, que instituiu a Política Municipal de Educação Ambiental, apresentada nesta publicação.

Cabe ao poder público instituir as políticas públicas sendo a sua implementação, atribuição compartilhada com as instituições de ensino, o setor privado, os meios de comunicação e as organizações da sociedade civil, de acordo com suas competências. Almeja-se a valorização, a divulgação e a promoção de ações e práticas educativas voltadas à sensibilização, ao desenvolvimento de senso crítico, à construção de conhecimentos e a organização, mobilização e participação da comunidade na defesa do ambiente. Ou seja, uma Educação Ambiental crítica, emancipatória, holística, integrada, democrática e participativa. Desta forma, a Fundação do Meio Ambiente de Itajaí-FAMAI, espera que a publicação e divulgação desta legislação contribuam com o alcance destes objetivos.

**Rogéria Santos de Gregório**  
Superintendente da Fundação  
do Meio Ambiente de Itajaí

As reflexões atuais a respeito do meio ambiente apontam para a emergência de reconstrução de conceitos, atitudes e valores da sociedade.

Em 1972, em Estocolmo, na Suécia o homem dava um dos primeiros passos nas discussões ambientais por meio da Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente. Depois disso outras conferências aconteceram, duas delas no Brasil a Rio-92, também denominada de Eco-92, e a Rio+20. Esses grandes encontros para discutir as questões ambientais surgiram de uma necessidade: melhorar a relação do homem com o meio ambiente.

Por muito tempo o homem viu no meio ambiente uma fonte inesgotável de recursos, porém, o planeta foi dando sinais esgotamento. Os indicadores desse esgotamento começaram a aparecer em várias partes do mundo, como por exemplo, rios poluídos, desertificação, poluição atmosférica, doenças e deterioração dos solos.

A partir de então, o homem percebe que sua relação com o meio ambiente deveria mudar. Desta forma surgem as grandes conferências internacionais, os tratados e as leis que cada país, estado e cidade passaram a criar para pensar e cuidar do meio ambiente. Neste contexto, o município de Itajaí em 2010, por meio da LEI Nº 5470, “Institui a Política Municipal de Educação Ambiental e dá Outras Providências”. Este foi um passo que o Município deu na direção de provocar o engajamento do poder público e da sociedade nas ações que orientarão a Educação Ambiental no Município de Itajaí.

A LEI Nº 5470 está apresentada neste documento, para que cada cidadão, por meio do conhecimento da mesma, possa contribuir nas discussões e práticas que possibilitarão a construção de um ambiente sustentável em Itajaí.

**Edson D’Ávila**  
Secretário de Educação

de Educação Ambiental - PMEA de que trata esta Lei, deverá ser regulamentado por Decreto.

**Art. 19** Caberá aos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de Educação a função de supervisionar a implementação da Política Municipal de Educação Ambiental - PMEA.

**Art. 20** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itajaí, 16 de março de 2010.

**JANDIR BELLINI**  
Prefeito Municipal

**JOÃO PAULO TAVARES BASTOS GAMA**  
Procuradoria Geral do Município

reflexão, a construção de conhecimentos, a troca de experiências e a integração de educadores ambientais;

**X** - sensibilizar a sociedade para a importância da proteção e recuperação de áreas de preservação permanente e criação de unidades de conservação;

**XI** - criar um banco de dados de projetos e ações de Educação Ambiental (EA) do município;

**XII** - atuar em parceria com outros Grupos de Trabalhos (GTs) municipais e regionais.

### **TÍTULO III**

#### **DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

**Art. 17** O município de Itajaí, por meio da Secretaria de Educação e da Fundação de Meio Ambiente - FAMAI, deve prever recursos em suas leis orçamentárias para viabilizar a execução da Política Municipal de Educação Ambiental - PMEA.

**Parágrafo Único** - Para a implementação da Política Municipal de Educação Ambiental - PMEA fica o poder executivo autorizado a firmar convênios, contratos e outras parcerias públicas ou privadas.

### **TÍTULO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 18** O Grupo de Trabalho de Educação Ambiental - GTEA, necessário à execução da Política Municipal

## **LEI Nº 5470, DE 16 DE MARÇO DE 2010**

“Institui a Política Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Itajaí.

Faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

### **TÍTULO I**

#### **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PMEA**

### **CAPÍTULO I**

#### **DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

### **SEÇÃO I**

#### **DOS CONCEITOS**

**Art. 1º** Entende-se por Educação Ambiental (EA) o processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

**Parágrafo Único** - Educação Ambiental (EA) como prática política significa contribuir para que as relações entre atores governamentais e não governamentais sejam explicitadas, identificadas e compreendidas, evitando a reprodução do modelo social existente e atuando como força de transformação.



**Art. 2º** Entende-se por Educação Ambiental (EA) formal a que acontece no ensino escolar, ou seja, aquela desenvolvida no âmbito dos currículos e atividades das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

**I** - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

**II** - educação superior;

**III** - educação técnico-profissional;

**IV** - educação especial;

**V** - educação de jovens e adultos.

**§ 1º** A Educação Ambiental (EA) formal será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

**§ 2º** Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporada a dimensão da ética ambiental nas atividades profissionais a serem desenvolvidas.

**§ 3º** A dimensão ambiental deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis, com abordagem interdisciplinar considerando a integração entre o meio social e natural.

**Art. 3º** Entende-se por Educação Ambiental (EA) não-formal todas as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização, ao desenvolvimento de senso crítico, à construção de conhecimentos e a organização, mobilização e participação da comunidade na defesa do meio ambiente, exceto as

**II** - coordenar a elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA;

**III** - promover a Educação Ambiental (EA) de forma interdisciplinar, de acordo com o Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA, com o apoio dos órgãos municipais de educação, saúde, meio ambiente e/ou agricultura, planejamento e turismo;

**IV** - trabalhar de forma articulada e integrada junto aos órgãos públicos municipais, instituições privadas, educadores e sociedade civil organizada, em sinergia com outras políticas ambientais, contribuindo para o fortalecimento da gestão ambiental municipal;

**V** - estimular os meios de comunicação a incorporar a dimensão socioambiental em sua programação, possibilitando espaços para a educomunicação, colaborando de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas;

**VI** - promover a integração dos diferentes segmentos sociais por meio de projetos e pesquisas em Educação Ambiental (EA);

**VII** - promover a formação continuada dos diversos atores sociais envolvidos pelo Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA;

**VIII** - divulgar as fontes de financiamento disponíveis para realização de projetos de Educação Ambiental (EA);

**IX** - incentivar a criação de espaços para promover a

ProMEA devem ser implementados a partir de parcerias com associações, instituições de ensino e organizações não governamentais.

**Art. 14** São objetivos da formação continuada:

**I** - Apoio à criação e ao fortalecimento de redes e coletivos de educadores ambientais;

**II** - Suporte à qualificação de pessoal para elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA;

**III** - Formação continuada de docentes e técnicos.

## **TÍTULO II** **DO GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO** **AMBIENTAL - GTEA**

### **CAPÍTULO I** **DA COMPOSIÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES**

**Art. 15** Fica instituído o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental - GTEA, composto no mínimo por um representante da Secretaria de Educação e por um representante do órgão municipal de meio ambiente, responsáveis pela gestão da Política Municipal de Educação Ambiental - PMEA.

**Art. 16** São atribuições do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental - GTEA:

**I** - coordenar, executar e acompanhar a Política Municipal de Educação Ambiental - PMEA;

citadas no artigo 2º desta Lei.

## **SEÇÃO II** **DOS PRINCÍPIOS**

**Art. 4º** São princípios básicos da Educação Ambiental (EA):

**I** - ter enfoque humanista, holístico, democrático, participativo, crítico e emancipatório;

**II** - primar e aprofundar o conhecimento;

**III** - considerar a interdependência entre os meios físico-natural, socioeconômico, cultural e político-institucional;

**IV** - considerar a ética na educação, no trabalho e nas práticas sociais;

**V** - estimular e fortalecer o senso crítico sobre a realidade socioambiental;

**VI** - estimular a cooperação entre diversos atores sociais;

**VII** - promover a cidadania, a autonomia, a geração de conhecimentos e a inclusão de saberes populares, promovendo o empoderamento dos atores sociais;

**VIII** - Buscar a excelência nas ações educativas realizadas.

### **SEÇÃO III**

#### **DOS OBJETIVOS**

**Art. 5º** São objetivos da Política Municipal de Educação Ambiental - PMEA:

**I** - desenvolver a Educação Ambiental (EA) na perspectiva de compreensão integrada do meio ambiente, envolvendo os aspectos ecológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

**II** - fomentar a continuidade e permanência da Educação Ambiental (EA) formal e não-formal;

**III** - promover a formação continuada em Educação Ambiental (EA) de educadores que atuam no município;

**IV** - garantir a democratização das informações de Educação Ambiental (EA) para fornecer subsídios para a elaboração de programas de Educação Ambiental (EA);

**V** - estimular a formação de grupos de trabalho interinstitucionais em Educação Ambiental (EA).

### **SEÇÃO IV**

#### **DAS DIRETRIZES**

**Art. 6º** Constituem diretrizes gerais de ação da Política Municipal de Educação Ambiental - PMEA:

**I** - a visão crítica, orientada para a busca de

quantitativa da Educação Ambiental (EA) no município.

**Parágrafo Único** - O Grupo de Trabalho de Educação Ambiental - GTEA é responsável por criar um banco de dados de projetos e ações do município, atualizar e disponibilizar os dados e informações, fornecendo subsídios para a elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA.

**Art. 12** São objetivos do Banco de dados de projetos e ações de Educação Ambiental (EA):

**I** - reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a Educação Ambiental (EA) no município;

**II** - atualizar permanentemente as informações sobre disponibilidade e demanda de Educação Ambiental (EA) no município;

**III** - fornecer subsídios para a elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA.

**Parágrafo Único** - Toda a sociedade terá acesso garantido aos dados e informações

### **SEÇÃO III**

#### **DO PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA**

**Art. 13** Os planos de formação continuada em Educação Ambiental (EA) para elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental -



**I** - formação em Educação Ambiental (EA) formal e não-formal;

**II** - desenvolvimento de estudos e pesquisas, com apoio de instituições de ensino, pesquisa e extensão, públicas e privadas;

**III** - produção e divulgação de material educativo;

**IV** - acompanhamento e avaliação da implementação da Política Municipal de Educação Ambiental - PMEA;

**V** - mobilização social em torno do desenvolvimento de projetos socioambientais, visando à melhoria da qualidade de vida;

**VI** - a busca de alternativas curriculares e metodológicas em Educação Ambiental, para formação na área ambiental;

**VII** - a disseminação e apoio às iniciativas e experiências locais e regionais em Educação Ambiental (EA);

**VIII** - a implementação de ações para o fortalecimento das redes e coletivos de Educação Ambiental (EA).

## **SEÇÃO II**

### **DO BANCO DE DADOS**

**Art. 11** O Banco de dados de projetos e ações de Educação Ambiental (EA) é um sistema que deve gerar informações sobre a situação qualitativa e

alternativas de desenvolvimento socioambiental, construídas de forma participativa e interdisciplinar;

**II** - a contextualização na realidade socioambiental do contexto local ao regional/global;

**III** - as mudanças de atitudes, a autonomia das pessoas e a participação social continuada em foros e/ou espaços de decisão;

**IV** - a articulação continuada entre as secretarias municipais, utilizando espaços para interação e a integração de diversos saberes e atores sociais, em caráter formal e não-formal;

**V** - a permanente motivação por meio de acompanhamento e avaliação crítica.

**Parágrafo Único** - Para cumprir o estabelecido no caput desse artigo, a Educação Ambiental (EA) deve ser objeto constante de atuação direta da prática pedagógica, das relações familiares, comunitárias, governamentais, institucionais e dos movimentos sociais.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS INSTRUMENTOS**

**Art. 7º** São instrumentos da Política Municipal de Educação Ambiental - PMEA:

**I** - o Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA;

**II** - o banco de dados de projetos e ações de

Educação Ambiental (EA);

**III** - o plano de formação continuada em Educação Ambiental (EA) para elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA.

## **SEÇÃO I**

### **DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PROMEA**

**Art. 8º** O Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA deve ser desenvolvido envolvendo diversos atores sociais para fortalecer a integração entre órgãos governamentais, organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa.

**Parágrafo Único** - Caberá ao Grupo de Trabalho de Educação Ambiental - GTEA coordenar a elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA.

**Art. 9º** São consideradas como diretrizes do Programa Ambiental de Educação Ambiental - ProMEA:

**I** - a não implantação da Educação Ambiental (EA) como disciplina específica no currículo de ensino e sim integrada às disciplinas como tema transversal, contínuo e permanente, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e com a Lei nº 9.795/99;

**II** - a articulação com os Planos Político Pedagógicos - PPPs;

**III** - a difusão de projetos, campanhas educativas, e de informações acerca da temática socio ambiental, por intermédio dos meios de comunicação e de ferramentas de educomunicação;

**IV** - a ampla participação das comunidades e de organizações não-governamentais na formulação e execução de projetos e atividades;

**V** - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental (EA);

**VI** - a sensibilização da sociedade para a importância da proteção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e criação de Unidades de Conservação;

**VII** - a sensibilização ambiental de agricultores;

**VIII** - o consumo responsável no meio urbano;

**IX** - a associação com atividades de ecoturismo;

**X** - a consolidação de espaços educadores municipais;

**XI** - a consideração das políticas públicas ambientais como as de recursos hídricos, meio ambiente, saúde e saneamento básico nos conteúdos educativos.

**Art. 10** As atividades do Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA terão as seguintes linhas de atuação, inter-relacionadas: